

# Literatura e Política, uma meditação à margem

<sup>1</sup>Carlos Selvagem (1890-1973), pseudónimo literário de Carlos Afonso dos Santos, era um polígrafo que se desmultiplicou em diversos domínios das Humanidades, sendo os seus âmbitos predilectos e de trabalho a História, a Literatura e a Filosofia, esta última inserida nas duas primeiras, com a Cultura e a Política.

<sup>2</sup>Carlos Selvagem, “Literatura e Política (meditação à margem)”, *Estudos de Castelo Branco* (1963), pp. 59-68. Para evitar repetições desnecessárias, as páginas que se encontram no corpo do meu texto referem-se a este artigo.

Em Maio de 1962, Carlos Selvagem<sup>1</sup> escreveu um artigo intitulado “Literatura e Política (meditação à margem)”<sup>2</sup>, numa década em que Portugal repensava a sua existência com uma Guerra em África, iniciada um ano antes.

A década de cinquenta e, particularmente, a de sessenta são décadas do pós-Segunda Guerra Mundial, em que se coloca em questão e se repensa a existência do Homem como um todo. Os acontecimentos desencadeiam-se como o desmoronar de um baralho de cartas, de causa-efeito, sem possibilidade de recuo na História da Humanidade. Nos anos sessenta vários regimes políticos coexistem em todo o mundo, assim como diferentes conceitos de revolução, de liberdade humana e de expressão. As lutas anti-coloniais e a descolonização forçada, a Guerra Fria, bem como uma revolução social nos hábitos e mentalidades das gerações mais jovens, aprofundam o fosso entre a sociedade dita tradicional e uma nova forma de pensar defendida pelas novas gerações e que é igualmente acompanhada pelas artes, assim como pelo meio intelectual literário e filosófico.

Selvagem inicia o seu texto com a ideia de que “[d]esde Sócrates e da sua filosofia do Homem que a Política e a Literatura se digladiam inconciliáveis, como potências rivais em permanente beligerância, ora de guerra declarada, guerra surda ou, para falar à moderna, de guerra fria” [p. 59].

O Autor começa por demonstrar que foi Platão quem definiu o *modus vivendi* de um Estado justo e que assegure “a ordem, a riqueza, o bem-estar, a felicidade dos concidadãos” eliminando “do corpo social os poetas, trágicos ou cómicos, os rapsodos, os filósofos, todos os magos da palavra” [p. 59]. A Poesia, como sinónimo de Literatura, era considerada nefasta para a ordem interna de uma Cidade. O Homem de Letras seria marginalizado e afastado a não ser que se submetesse à lei comum e que negasse o seu *eu* poético/literário. A não submissão corresponderia a perseguições e à eliminação, por exemplo, por afastamento, exílio ou morte):

Em todos os tempos os construtores de sonhos, os tecedores de quimeras, que outra coisa não são os homens de letras, se têm revelado indivíduos bem pouco estimáveis nas suas relações com o Estado, qualquer que seja o regime institucional – tirânico ou liberal, republicano, monárquico, aristocrático, democrático, cesarista, socialista, bolchevista. [p. 61]

Selvagem interroga-se acerca do *como* e do *porquê* desta impossível relação político-literária. As razões parecem assentar na ideia de que cada homem de letras ou político é um temperamento, uma personalidade, um carácter, porque a “Literatura é, por excelência, uma riquíssima galeria de afirmações temperamentais” [p. 62], enquanto a “política é feita e conduzida [...] por homens de carne e de nervos. Outra imensa galeria de revelações de temperamentos, de personalidades, de caracteres” [p. 62].

Embora, segundo Aristóteles, cada homem seja um animal político, “o homem de letras é por constituição psíquica o negativo do cliché positivo do homem de acção, do político militante” [p. 63], isto é, o intelectual é, por norma, “um veleitário, frouxo de vontade, homem de acção falhado, sem o sentido prático da vida” [p. 63], sendo dada a poucos uma activa participação em lutas políticas ou expedições de combate ou aventura. Nesta lógica de ideias,

o político é o “antípoda moral” do homem de letras [p. 66] e as suas obras de arte são “uma descarga das obsessões do artista, inadaptável ao seu meio, incapaz de se realizar ou triunfar no mundo febril de acção que o rodeia” [p. 64].

Winston Churchill ou Alexandre Herculano são algumas das excepções que Selvagem não se esquece de nomear, bem como o caminho que as suas vidas políticas e literárias lhes proporcionaram enquanto trabalharam ao mesmo tempo para esta simbiose antagónica. Se Churchill aparentemente conseguiu, Herculano é, no caso português, um dos exemplos tornados mito por esta antítese inconciliável. Escritor romântico por excelência e uma das figuras mais importantes e carismáticas do século XIX português, Herculano afasta-se da Política para ter uma maior liberdade de acção e de pensamento no campo das Letras.

Selvagem não deixa de se interrogar sobre o estado e futuro da Literatura, visionando um futuro caótico para a sociedade e o mundo político:

Que destino estará reservado à pobre Literatura, a poetas, romancistas, dramaturgos, no futuro do apocalíptico mundo de hoje que tão cegamente galopa pelos plainos da Tecnocracia para a constituição de Super-Estados continentais, com os seus *Big Brother* da alucinante concepção do romancista Orswell, chefes invisíveis e irremovíveis de monstruosos Partidos Únicos de governo que, para assegurarem a obediência e disciplina de imensas massa [sic], instaurarão uma polícia de Espírito, ainda mais implacável e vigilante que a imposta às populações nos sectores da Ordem pública, da Produção e da Distribuição dos bens de consumo? [p. 68]

É com a resposta a esta preocupação que Selvagem termina o seu artigo, não anunciando a morte lenta da Literatura, mas sim a da Cultura, “nas águas podres da boçalidade universal” [p. 68], através da metáfora do cisne, o símbolo mitológico de um mundo superior para os Gregos.

Na oposição entre a Literatura e a Política, Selvagem focaliza, predominantemente, o seu pensamento em três ideias principais:

- a relação entre Política e Literatura e a sua actualidade;
- a essência de um homem das Letras e de um político;
- o estado da Literatura/Cultura.

O Autor parte da premissa histórica e culturalmente aceite, inclusive na sua época, de que a Política e a Literatura são duas realidades inconciliáveis. Quase cinquenta anos depois da sua publicação, qual a actualidade das palavras de Selvagem? Que verdade se mantém após este tempo? Existe, de facto, alguma intemporalidade na temática?

Embora na minha abordagem predomine a visão actual, urge verificar se existe, de facto, alguma intemporalidade, tendo como limites temporais 1910-2010.

Ao longo da História, o Homem pôde alcançar a imortalidade através de quatro meios reconhecidos pela sociedade: a escrita, a governação, como explorador ou inventor. Essa meta tem sido apenas atingida por alguns, apesar de ser a vontade ou a ambição desmedida de muitos.

O mundo das Letras e o mundo da Política sempre mereceram a dedicação do Homem, contudo tornaram-se mundos paralelos cuja influência tem gerado conflitos de interesses e intrigas inenarráveis.

Comparativamente ao conceito de Política, o aparecimento do conceito moderno de Literatura, durante a segunda metade do século XVIII, é mais recente. Silvina Rodrigues Lopes explica-o através da “constituição jurídica de uma nova instância social, o autor” e da “consolidação das identidades nacionais para que concorrem, primeiro, as ideias de cultivo do gosto e, posteriormente, todas aquelas que se associam ao projecto de uma mitologia da razão”<sup>3</sup>. Por este motivo, “a relação da literatura à comunidade é desde o início ambígua”<sup>4</sup>, porque, em sentido lato e na opinião da sociedade em geral, Literatura quer dizer Escrita do Pensamento.

Nos últimos cem anos, o curso da História Portuguesa sofreu inúmeras alterações, começando pela delimitação do próprio território, com a alteração do limite das fronteiras devido à independência dos seus territórios além-mar, ocorrida na segunda metade do século XX.

O desenvolvimento da ciência e consequentes melhoramentos na vida de cada um, no último século, contribuíram para a mudança de mentalidades e hábitos na sociedade, transformações que se tornaram mais rápidas, evidentes e profundas nas últimas três décadas. No entanto, o pensamento literário e político português não parece ter vivido a mesma circunstância de mudança. É comum ouvir ou ler que o século XIX português continua a exercer a sua influência no século XX e até no século XXI. Escritores ou historiadores como Almeida Garrett, Antero de Quental, Oliveira Martins, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, são as figuras quase sempre referidas

<sup>3</sup>Silvina Rodrigues Lopes, *A legitimação em Literatura*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 119.

<sup>4</sup>*Ibidem*, p. 119.

como paradigmas ou até visionários do pensamento nacional. É como se, através do pensamento, a sociedade portuguesa estivesse enjaulada num século em que, se um destes nomes não for referido, o conceito de Portugal de hoje não existisse ou estivesse ameaçado! Não quer isto dizer que se deva menosprezar um século a favor de outro. Pelo contrário, a Literatura deve estar viva através do prazer de ler e do seu ensino e não arrumada em livros ou ser editada para posterior destruição, porque não é vendida (mais valia ser oferecida às Escolas, Universidades ou mesmo na rua ou em transportes públicos!). O que se coloca aqui em questão é a repetição do pensamento. É o não acrescentar mais uma ideia para em alternativa ficar preso a teorias, movimentos, ideologias ou figuras tutelares que, com alguma frequência, em vez de oferecerem caminhos que proporcionem outros modos de pensar, como aconteceu com o seu aparecimento e divulgação, encerrem uma ideia, no que chamo de ciclo(s) de erro(s) histórico(s) de pensamento.

O que aqui pretendo defender não é o “romper com”, é o compreender, reflectir e concluir como se podem evitar ou solucionar os problemas de cada sociedade no seu tempo. É verificar que o que realmente tem prejudicado e distorcido a relação entre a Literatura e a Política (duas criações humanas com o objectivo de estabelecer relações para um melhor viver durante a existência de cada um) são essencialmente três causas ou três características humanas: a mediocridade, a ambição e a inveja.

A palavra *política* tem, frequentemente, dois usos distintos: um, para aludir à actividade dos homens que a realizam e o segundo, como ciência que estuda o reflexo que a sua acção implica em tudo o que interfere com a sociedade, isto é, modos de vida, práticas, conceitos e reflexões que se fazem sobre ela. No mundo real, em determinadas latitudes geográficas (e Portugal não é uma excepção), o pensamento do papel da actividade política tem vindo a degenerar-se cada vez mais. Hoje, é encarada com mais ou menos descrédito e, sobretudo, como um reduto de auto-promoção em vez de uma actividade pública a favor da sociedade.

No caso da Literatura, esta é considerada um espaço de poucos com criatividade intelectual e capacidade de bem escrever, embora cada Autor possua as suas próprias regras no espaço da imaginação. O que mais assusta é que, apesar do seu carácter público, as actividades política e literária, em vez de se aproximarem do cidadão comum, se afastam.

A Primeira República é, simbolicamente, mais uma tentativa de corrigir o ciclo do erro histórico de pensamento entre a Literatura e a Política. Se se analisar o perfil das principais figuras que integraram os diversos governos entre 1910 e 1926 verifica-se que, por exemplo, Teófilo Braga e Manuel Teixeira Gomes, ambos Presidentes da República, actuaram nesses dois palcos e estiveram implicados em várias reformas. Mas não foram os únicos! Desde sempre, outras figuras das Letras foram sucessivamente participando na Política. Muitas das reformas que se fizeram deveram-se em parte às suas teorias, estudos ou aos movimentos/ideologias a que pertenciam. A História testemunha as suas intervenções. No entanto, em nome da mudança de pensamento, da melhoria ou da transformação através da reforma, o erro continuou a manifestar-se, porque o pensamento que estava subjacente à reforma não estava estruturado nas suas consequências sincrónicas e diacrónicas de modo a proporcionar tais mudanças. Por exemplo, a maioria das sucessivas reformas do ensino oficial em Portugal tem sofrido esta falta de um pensamento que estruture e resolva os problemas endémicos das diversas comunidades escolares do país, inclusive de quem as tutela. E o ciclo do erro histórico de pensamento permanece.

Actualmente, e analisando o modo como se faz política desde há algumas décadas, talvez seja mais correcto afirmar que a chamada antítese entre Política e Literatura deve ser alterada para a oposição entre Tecnocracia e Literatura. Resolver problemas políticos, com base na aplicação de princípios económicos e administrativos, tem sido a política de governação recorrente do mundo ocidental onde Portugal se inclui. Ser tecnocrata hoje é ser um Homem do século XXI, como começou a ser a partir da segunda metade do século XX, tema sobre o qual Selvagem tece o seu comentário. Em sentido pejorativo, é o predomínio dos técnicos sobre os políticos e sobre os homens das Letras. No entanto, o que é mais interessante é que esta mudança acompanha, de facto, o ritmo e os interesses dos profissionais que pertencem às gerações mais jovens da sociedade.

Selvagem omite, no artigo citado, alguns nomes do século XX que se tornaram importantes pelas suas posições políticas e literárias, nomeadamente por motivos ideológicos. O caso mais paradigmático deste século, além do de Winston Churchill, é Jean-Paul Sartre, que se encontra nos antípodas do pensamento ideológico de Selvagem, que era monárquico. A omissão não significa desconhecimento, mas sim não querer dar relevância a uma figura com a imagem intelectual e a actividade política de Sartre. Reside aqui um aspecto pejorativo no homem como ser político: a interferência do ideológico no pensamento crítico, algo que condiciona a

essência do que se analisa e as ilações que se expressam. Além disso, a superioridade real ou fictícia de uns em relação a outros e o pensar-se que cada mundo representa uma elite no meio em que se insere provoca também um afastamento e desconfiança por aquilo que cada um é ou parece ser. Como se cada grupo representasse o inimigo do outro e, por isso, se tivesse de desenvolver uma espécie de Guerra Fria caracterizada pela elaboração de sucessivas opiniões depreciativas em relação ao outro.

Selvagem, ao dissertar sobre a natureza irredutível da antítese Política - Literatura, continua com a ideia de que cada uma destas duas actividades é exclusiva e que, quando se tentam conciliar, o desfecho é quase sempre a escolha voluntária de uma em detrimento da outra ou a escolha involuntária pelas circunstâncias que se vivem. Churchill perpassa a mesma ideia: embora lhe tenha sido atribuído um Prémio Nobel da Literatura (1953), uma grande parte da sua vida foi dedicada a construir uma carreira política, tornando-se um profissional na arte de a fazer. É um político que se dedica às Letras para ser dignificado como um paradigma político.

Alexandre Herculano, a par de outros escritores e historiadores já referidos e como representante do século XIX, é frequentemente citado como um exemplo da necessidade de o artista se afastar para longe da capital, abandonando, a tempo inteiro, os cargos como político<sup>5</sup>. Da proximidade resulta a distância, como se a metáfora da distância fosse o melhor meio para fazer com que o seu pensamento, as suas ideias, se repercutissem no meio intelectual português.

A definição dos temperamentos e das imagens que se têm do escritor e do político acentuaram ainda mais esta antítese de pensamento à qual prefiro chamar pseudo-antítese de pensamento retórico. Estas ideias foram sendo anuladas ou ampliadas por diversas figuras políticas e literárias, mas a tipificação da imagem, do conceito de *ser*, tornou a ideia num mito de personagens-tipo. William Faulkner é um dos escritores que amplia este pensamento, como se o artista estivesse sempre atormentado, à imagem de Prometeu acorrentado, quando afirma “[a]n artist is a creature driven by demons”<sup>6</sup>, mas não acrescenta nesta definição que era também possuidor de um *Ego* enorme.

O exemplo de Selvagem não se enquadra nos clichés da personagem de escritor, mesmo que pertença a uma segunda linha de escritores que pertenceu ao universo cultural português durante mais de cinquenta anos, isto é, entre 1916 e 1971. Se for coerente com o seu modo de pensar, um escritor ou político, como Selvagem e tantos outros o foram, caminha pela vida e realiza a sua obra por mérito e através de evoluções, regressões, contratempos, elogios, dissabores, alegrias e um fino sentido de observação. Uns influenciam o intelecto, os outros a vida comum. No entanto, Selvagem esqueceu-se de duas condições importantes que não se devem tornar míticas com a passagem do tempo: a dimensão humana e os valores que devem estar presentes na moral humanística de cada *ser*<sup>7</sup>.

Ao acrescentar, entre parêntesis, ao título do seu escrito, “meditação à margem”, Selvagem está ciente não só de que a Literatura será sempre mantida à parte em função da Política como também de que a sua reflexão não influenciará os acontecimentos históricos no Presente e no Futuro. Por outro lado, na década de sessenta, como em todas as épocas e latitudes, quem pensa, quem escreve, quem articula e relê a realidade por diversos prismas, inclusive a vários níveis e cronologicamente relacionados, tem de ser mantido à margem. Quem medita torna-se observador e interage a favor da mudança, de uma melhoria.

Ser ou Estar? Eis, de facto, a controvérsia que atravessa a relação entre a Política e a Literatura. Ser político ou Homem de Letras e estar como político ou Homem de Letras é a questão cuja resposta é, para mim, simples: o primeiro é a metáfora do que é; o outro está na comparação do que não é.

A releitura de escritos é necessária para se verificar até que ponto a sociedade em que se vive vê o mundo ao seu redor e reflecte de modo a tornar actual ou não o pensamento escrito do respectivo autor e não para registar a modernidade do seu texto. Partilho a opinião de João Barrento quando afirma que *Modernidade* é “um conceito hoje inflacionado, vago e demasiado abrangente”<sup>8</sup>. Por este motivo reconheço que é necessário repensar, novamente, o conceito de Literatura, questionando o seu papel nos dias de hoje. Parece-me que as afirmações de Maria Alzira Seixo dão a resposta:

Objectualizando a estesia em formulação verbal, só a Literatura pode quebrar, no indivíduo, os limites estritos do mundo a que o seu conhecimento e experiência o limitam. O bom conhecimento da língua é patamar indispensável para isso, mas não permite, por si só, que se ultrapassem determinados horizontes. E é na Literatura (com muita História e Filosofia lá dentro) que tais horizontes podem ultrapassar-se<sup>9</sup>.

<sup>5</sup>Uma Dissertação de Doutoramento sobre Herculano (a aguardar a prestação de provas públicas), de Teresa Margarida Jorge, indica outras explicações para o designado “exílio herculaniano”. Agradeço a gentileza da autora por ter partilhado comigo algumas das possíveis razões desse afastamento, embora não possa aqui mencioná-las. No ano em que se comemora o bicentenário do nascimento de Herculano há, por isso, um motivo suplementar para conhecer o vasto conjunto bibliográfico de e sobre este pensador do século XIX português.

<sup>6</sup>Orhan Pamuk, “Introduction”, *The Paris Review Interviews*, vol. 2. Edinburgh: Canongate Books, 2007, p. vii.

<sup>7</sup>A figura de Selvagem é descrita por Duarte Ivo Cruz como tendo estas duas características. Veja-se Helena Isabel Jorge, *O olhar de Carlos Selvagem sobre Portugal d'Aquém e d'Além-Mar. Historiografia. Dramaturgia. Narrativa*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Aberta, 2007.

<sup>8</sup>João Barrento, *A espiral vertiginosa. Ensaios sobre a cultura contemporânea*. Lisboa: Edições Cotovia, 2001, p. 35.

<sup>9</sup>Maria Alzira Seixo, “Literatura, uma disciplina negligenciada”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 04-17.01.2006, p. 27.

<sup>10</sup> Alette Armel, "Grand entretien. José Saramago", *Le Magazine Littéraire*, n.º 495 (mars 2010), p. 98.

Por isso, como docente do ensino oficial, reservo-me o direito de perguntar: que função e responsabilidade tem o ensino, quer seja básico ou secundário, politécnico ou universitário, perante tais realidades? Tem todas, mas parece que não tem nenhuma. Por exemplo, o ensino oficial é feito através de escolhas e segue, algumas vezes, determinadas políticas que não estão de acordo com a realidade escolar do nosso país, dos alunos, das condições materiais que são oferecidas, e das condições educacionais e materiais dadas pelos encarregados de educação.

Por experiência própria, um grande número de alunos gosta de conhecer, de ler, de ir ao teatro e até de representar, interagir positivamente com o outro... Mas, frequentemente, o docente não tem quase tempo disponível, devido ao excessivo número de alunos por turma e às suas características, às exigências de cumprimento de programas, ao número de turmas e ao trabalho didático-pedagógico e burocrático que tem de realizar. Por outro lado, ir ao teatro ou visitar uma exposição implica um certo número de condições, que se tornam, cada vez mais, difíceis de ultrapassar, principalmente a nível financeiro e geográfico.

Estando no século XXI, o século XX é já um século com um ciclo histórico fechado, cujas consequências estamos, neste momento, a viver. O desenvolvimento informático e o cruzamento de informação, a existência de mais bibliotecas públicas e privadas, com centros de informação digitalizada e bases de dados bibliográficos (inclusive áudio e vídeo), disponibilizam um serviço de qualidade informativa que facilita a pesquisa dos estudiosos e/ou investigadores. A passagem do tempo, quer dos ciclos de vida, quer de mentalidades, ajuda também a ter uma perspectiva mais distanciada e, se possível, mais isenta. Por outro lado, tudo depende também do interesse dos estudiosos e investigadores e da política educativa seguida nas Escolas e nas Universidades. Os conteúdos programáticos, salvo raras exceções, são leccionados por tópicos e rapidamente. Não há tempo para uma análise profunda e um posterior estudo crítico partilhado por todos os intervenientes e não apenas pelas ideias/estudos de quem ensina. Embora esta passagem de testemunho seja muitíssimo importante, defendo que não deve ser a única. Infelizmente, a realidade parece ser esta: o afastamento do conhecimento, do saber, do espírito crítico em função da rotina, da televisão, da internet, da vida mundana, dos vários tipos de dependência e dos estados de depressão...

A aprendizagem do conhecimento e o espírito crítico exigem esforço intelectual através de um exercício de concentração, memória, trabalho contínuo e persistência. Estas quatro premissas não estão na mente de muitos dos nossos alunos, nem nas mensagens de publicidade que nos rodeiam diariamente. A constatação da *lei do menor esforço* não é apenas física, é igualmente intelectual. É o *prêt-à-porter* das ideias feitas ou *soluções rápidas* para problemas urgentes. É o mundo em que o *tempo é dinheiro* e em que, *com um simples clique, temos a resposta*. É o *fast food* na alimentação e o prazer rápido das sensações. É o viver vertiginoso e à deriva. É a realidade do *twitter*, que nos acompanha vinte e quatro horas por dia, assim como as estações de notícias por todo o mundo, as mensagens em SMS ou as imagens/filmes enviados por telemóvel, *skype* ou *gmail/hotmail*...

O esforço na aprendizagem do conhecimento está em desvantagem na competição com a televisão, *playstation*, cinema, MP4, parques de diversão, jogos de computador... e o mundo virtual, que não tem rosto nem expressão, mas no qual existe mentira, cobardia (muitos dos escritos estão sem autoria ou não apresentam o verdadeiro autor), alguma malvadez e no qual muitos jovens (e até menos jovens!) confiam e consideram ser a fonte de informação que devem consultar em exclusivo e não de modo crítico, em comparação permanente com outras fontes não informáticas.

O desinteresse pela aprendizagem e pela reflexão gera um novo ser humano: o chamado *zombie*. Ser *zombie* no século XXI é ser um morto-vivo no espaço da aprendizagem, da escrita, é não prestar atenção, é não saber o que se passa, porque não se tem consciência disso através do conhecimento e da reflexão crítica. Numa entrevista que José Saramago concedeu à revista *Le Magazine Littéraire*, o escritor reitera o perigo do papel da Internet na sua relação com a escrita:

L'histoire fournit la réponse. Tout d'abord, il faut rappeler que l'humanité, toute humanité, a commencé par être analphabète. Dans ce sens, un enfant qui naît aujourd'hui naît dans la préhistoire. Une fois les langues inventées, il a fallu continuer à inventer, en les écrivant. Ce processus se poursuit. Pourvu qu'Internet ne devienne pas un frein! Nous vivons une époque où il nous semble plus nécessaire d'apprendre pour savoir et, à l'instar de nombreuses autres actions où l'improvisation irresponsable est la loi – elle se trouve dans toutes les expressions artistiques –, Internet est le lieu où la plus totale ignorance est présentée comme un exemple à suivre. On est en train de mythifier Internet<sup>10</sup>.



Para enfrentar as diversas ameaças e compreender o Presente para caminhar para o Futuro, o Passado tem de ser estudado, através das suas figuras ou acontecimentos. Tudo pertence à herança histórica e cultural do Presente. No entanto, surge um problema no estudo de determinadas figuras ou temáticas e que se pauta por diversos factores:

- os documentos ou os espólios desapareceram parcial ou totalmente, encontram-se em lugar desconhecido ou com pessoas que não o desejam tornar público;
- o desinteresse dos estudiosos por o autor não estar na “moda” ou numa data a comemorar impede a sua promoção académica, a que se juntam motivos políticos/ideológicos e a falta de apoio dos editores, porque são autores/temáticas que não vendem ou que põem em causa o pensamento/sistema/regime vigente...;
- mais do que a “complexidade”, a “densidade de informação” da figura/temática escolhida, o que implica uma disciplina e um trabalho diário que poderá demorar anos a ser concretizado;
- a noção que hoje se tem de branquear a História para realçar (ou não) a vida ou a obra de uma figura ou de um acontecimento histórico. Qualquer que seja a posição que se assuma, mesmo que se queira ter a mais objectiva possível, sustentada por fontes disponíveis, haverá sempre uma distância, mesmo que pequena... Estas figuras, estes acontecimentos existiram num determinado contexto, tal como os seus críticos, oponentes e adversários. A perspectiva temporal – “estou mais afastado ou estou mais próximo...” – é uma componente que não deve ser esquecida, mas que nem sempre é devidamente interpretada e/ou tida em consideração.

Respeitar a Literatura, a História... a Cultura é respeitar o Passado e a conservação de uma memória colectiva de acontecimentos, do documento humano que tem de fazer parte da essência de quem habita o planeta Terra. O querer apagar, destruir, reescrever, branquear, desmemoriar o Passado no Presente é provocar a morte lenta de uma identidade colectiva que nos é inerente, quer se goste ou não. No entanto, o Passado tem de ser posto em causa para que o ciclo do erro histórico de pensamento não se repita.

A releitura e análise de escritos de autores que ocupam um segundo plano no universo da Literatura/Cultura Portuguesas, por terem sido ou não propositadamente esquecidos, leva-me a reiterar a minha posição: há autores cujos escritos estão datados por pormenores ou exemplos, às vezes ultrapassados no tempo; contudo as ideias persistem, porque a sociedade em que se inserem não as pôs em causa de modo a desmenti-las. Por este motivo, estes escritos devem continuar a ser lidos, porque, até ao momento, contêm verdades consideradas intemporais, que o ciclo do erro histórico ainda não corrigiu pelo pensamento e, algumas vezes, pela acção da sociedade. Por isso, interrogo-me: a pseudo-antítese entre Política e Literatura não poderá ser um mito de pensamento e uma necessidade histórica, política, literária... para que se continue a perpetuar uma determinada filosofia de pensamento necessária para a existência de alguns?

Passados quase cinquenta anos, o meu texto representa também uma meditação à margem como a de Selvagem, porque, de facto, a nossa sociedade não tem pensado nem agido de outro modo para tentar tornar obsoletas algumas das interrogações e pensamentos que continuam a pôr em causa a existência da Literatura e a sua relação com a Política. ▼

### Resumo

A releitura do artigo “Literatura e Política (meditação à margem)”, escrito em 1962 por Carlos Selvagem, é o ponto de partida para analisar o estado da Literatura, da Cultura, o papel do Homem de Letras e a relação, considerada impossível, entre esses dois mundos: a Literatura e a Política. A sua análise revela que, apesar da passagem do tempo, a sociedade não pensou ainda sobre as consequências literárias e políticas das ideias principais aqui apresentadas.

**Palavras-Chaves:** Literatura; Cultura; Política; Carlos Selvagem; Margem.

### Abstract

Rereading Carlos Selvagem’s article “Literature and Politics (meditation on the margin)”, written in 1962, is the starting point for analyzing the state of Literature, Culture, the role and the relation (often considered as impossible) among these two worlds: Literature and Politics. Its analysis shows that despite the passage of time, our society hasn’t been able to think about the literary and political consequences of the main ideas presented here.

**Key-Words:** Literature; Culture; Politics; Carlos Selvagem; Border.